



NEGOCIAÇÃO GERAL ANUAL - 2017

3.ª REUNIÃO EM 16 DE NOVEMBRO DE 2016

ELEITOS PARA O COMBATE AO DÉFICE?

A Frente Sindical coordenada pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE) reuniu hoje com o Governo.

Em análise, as disposições relativas a trabalhadores do sector público constantes da Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2017.

No decurso da reunião o STE destacou, do conjunto de propostas que apresentou, como essenciais para uma justa valorização dos trabalhadores da Administração Pública a recuperação gradual das remunerações com:

- 1.** A actualização salarial de 2%;
- 2.** O descongelamento das progressões na carreira;
- 3.** Início da revisão da Carreira Técnica Superior e das carreiras especiais ainda não revistas.

Da parte do Governo a resposta foi a de que em 2016 houve reposição de rendimentos e em 2017, com a eliminação da sobretaxa, também haverá aumento do rendimento disponível, e por conseguinte não haverá actualizações remuneratórias.

Podemos então retirar que será pedido, mais uma vez, a alguns trabalhadores da Administração Pública, não a todos, que continuem a dar o seu contributo para o défice, mantendo as suas remunerações num valor real inferior ao de 2009.

São portanto alguns trabalhadores os eleitos, os chamados ao sacrifício para que se atinja o objectivo do País na saída do procedimento por défice excessivo.

Encargo que não pode continuar a ser apenas de alguns!

É inaceitável que, em 2017, o Governo não actualize os salários, invertendo o caminho de desvalorização das remunerações do trabalho designadamente das carreiras mais qualificadas da Administração Pública.



Pedimos ainda ao Governo, que nos explicasse, qual a razão para a cativação de verbas da ADSE resultantes dos descontos feitos por aqueles que pagam o subsistema uma vez que deixou de haver por parte do Estado qualquer valor a transferir para a ADSE.

A resposta confirmou as suspeitas que tínhamos: O procedimento é igual ao de anos anteriores.

É portanto inequívoco que **os descontos dos trabalhadores para a ADSE continuam a ser utilizados, não como a lei diz para suportar os benefícios concedidos aos beneficiários, mas para diminuir o défice do Estado.**

O STE referiu ao Governo, tal como o fez no decurso da semana passada, nas diversas audiências que teve no Parlamento com todos os Grupos Parlamentares e na Comissão de Orçamento Finanças e Modernização Administrativa:

É altura do regresso à normalidade e à valorização anual dos rendimentos do trabalho e de pensões.

Lisboa 16 de Novembro de 2016

A Direcção